

Diabetes e obesidade elevam risco de câncer

Pesquisadores descobriram que os distúrbios metabólicos aumentam a probabilidade de tumores pancreáticos devido a um estado inflamatório desencadeado pela produção excessiva de uma substância associada à insulina

» ISABELLA ALMEIDA

A ciência buscava há muito tempo desvendar a relação entre obesidade, diabetes tipo 2 e um maior risco de câncer de pâncreas. Agora, cientistas da Universidade da Colúmbia Britânica (UBC), no Canadá, fornecem, pela primeira vez, uma explicação detalhada sobre essa associação. Segundo um estudo publicado, ontem, na revista *Cell Metabolism*, níveis altos de insulina estimulam excessivamente células chamadas acinares pancreáticas, que produzem sucos digestivos. O processo leva à inflamação que converte as estruturas em pré-cancerosas.

"Juntamente com o rápido aumento da obesidade e do diabetes tipo 2, estamos vendo um crescimento alarmante nas taxas de câncer de pâncreas", disse, em nota, o coautor sênior James Johnson, professor do departamento de ciências celulares e fisiológicas e diretor interino do Instituto de Ciências da Vida da UBC. Ele afirma que as descobertas ajudam a entender como isso está acontecendo e "destacam a importância de manter os níveis de insulina em uma faixa saudável, o que pode ser conseguido com dieta, exercícios e, em alguns casos, medicamentos".

Para o trabalho, a equipe focou no adenocarcinoma ductal pancreático (PDAC), o tipo mais comum e altamente agressivo de câncer de pâncreas, com uma taxa de sobrevivência em cinco anos de menos de 10%. Segundo os autores, a incidência do tumor está em ascensão e é esperado que até 2030 se torne a segunda principal causa de mortes relacionadas à patologia.

Freepik/xb100



Os cientistas começaram um ensaio clínico para ajudar pacientes com câncer de pâncreas a controlar o açúcar no sangue. Eles acreditam que o resultado do estudo pode ter implicações em outras doenças oncológicas

Modificações no estilo de vida podem reduzir os níveis do hormônio e podem ser rapidamente implementados para diminuir o risco de iniciação do câncer"

Janel Kopp, professora da Universidade da Colúmbia Britânica

curvas glicêmicas adequadas, mas ficar principalmente de olho nas dosagens da insulina."

Em colaboração com pesquisadores do BC Cancer e do Pancreas Center BC, a equipe de pesquisadores do Canadá iniciou um ensaio clínico para auxiliar pacientes diagnosticados com PDAC a controlar o açúcar no sangue. Os pesquisadores acreditam que há uma forte evidência de que a redução dos níveis de insulina circulante em pessoas com doenças metabólicas pode diminuir o risco geral de desenvolver não apenas câncer de pâncreas, mas também outros tipos de tumor "Vários medicamentos e modificações no estilo de vida já são conhecidos por reduzir os níveis do hormônio e podem ser rapidamente implementados na prática clínica para reduzir profilaticamente o risco de iniciação do câncer", destacou a coautora sênior Janel Kopp, professora assistente no departamento de ciências celulares e fisiológicas da UBC.

Embora a obesidade e o diabetes 2 tenham sido previamente identificados como fatores de risco para a doença, os mecanismos precisos pelos quais isso acontece ainda não haviam sido compreendidos.

Enzimas

Apesar de a insulina ser amplamente conhecida por seu papel na regulação dos níveis de glicose no sangue, o ensaio ressalta sua importância crucial nas células do pâncreas. As descobertas revelam que a substância apoia a função fisiológica dessas estruturas na produção de enzimas digestivas que decompõem os alimentos ricos em

gordura. No entanto, em níveis elevados, sua hiperestimulação pode promover a inflamação pancreática e o desenvolvimento de células pré-cancerosas.

Gustavo Fernandes, oncologista clínico e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (Sboc), explica que, em pacientes com diabetes tipo 1, essa relação não existe, devido à origem da doença. "Nesses pacientes, há uma destruição das células que produzem a insulina e você tem um nível tipicamente mais baixo desse hormônio, o que se corrige de maneira exógena."

Para o médico, as descobertas descritas no artigo destacam o conhecimento sobre os riscos que a

obesidade e o diabetes tipo 2 podem trazer. "Isso tem impacto na população inteira com redução de câncer, não só de pâncreas, mas outros tumores", observou Fernandes, diretor-geral da Oncologia Dasa.

Os pesquisadores concordam que as descobertas têm implicações em potencial para outros tumores associados à obesidade e a diabetes tipo 2, quando níveis elevados de insulina também podem contribuir para o início do quadro. "Colegas em Toronto demonstraram ligações semelhantes entre o hormônio e o câncer de mama. No futuro, esperamos determinar se, e como, o excesso dessa substância

pode contribuir para outros tipos de câncer provocados pela obesidade e pela diabetes", contou James Johnson, em nota.

Alessandra Leite, oncologista do hospital Santa Lúcia, em Brasília, e membro titular da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (Sboc) assinala que, a partir da descoberta, os profissionais precisarão adaptar a prática dentro dos consultórios. "Com certeza, vai se tornar uma via de estudo molecular mais direcionada. Mas isso, certamente, já coloca um alerta para todos os especialistas que fazem acompanhamento dos pacientes. Teremos que ser mais rigorosos nas metas, não somente atingir glicemias de jejum e

Tempo entre gestação influencia sucesso da fertilização

Um estudo da Universidade de Shandong em Jinan, na China, revela que o tempo entre uma perda gestacional e uma nova gravidez, para mulheres que fazem fertilização in vitro (FIV), pode influenciar nos resultados da nova tentativa. Conforme o trabalho, detalhado, ontem, na revista *Jama Network Open*, as pacientes com intervalo intergestacional (IPI) mais curto, entre três e seis meses, apresentam um risco 1,87 vez maior de passar

por uma nova perda espontânea do feto, comparadas àquelas com um IPI de seis a 12 meses. "Os resultados obtidos sugerem que adiar a transferência de embriões congelados por pelo menos seis meses após um aborto espontâneo anterior estava associado a resultados positivos na (nova) gravidez", ressaltaram os autores, em nota.

No estudo, a equipe avaliou 2.433 mulheres que passaram pelo tratamento de fertilização e

tiveram uma perda de gravidez clínica (CPL) — quando a gestação é interrompida antes da 20ª semana, e o feto não é viável fora do útero —, antes de uma nova reprodução assistida. Os dados foram coletados de pacientes que realizaram transferência de blastocisto, um estágio embrionário, congelado entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2022, um ano após uma CPL.

Segundo Nathan Ichikawa Ceschin, especialista em

reprodução humana e membro da Associação Brasileira de Reprodução Assistida (Sbra), ainda não é possível saber qual o momento exato para uma nova fertilização após uma perda, "A gente tem que estar bem atento a alguns fatores, orientação médica, para conhecer a causa da infertilidade e o histórico da gravidez. Observar a recuperação física e emocional. Analisar a causa daquele aborto, se foi precoce ou tardio, e a idade da gestante." (IA)

Juan Encalada on Unsplash



Mulheres que aguardaram de seis a 12 meses tiveram menos risco de aborto espontâneo

ACORDO DE PARIS

Para atingir meta, Brasil precisa acabar com desmatamento

» PALOMA OLIVETO

Para que a temperatura do planeta não exceda 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais até o fim do século, o Brasil se comprometeu, no Acordo de Paris, a zerar as emissões líquidas até 2050. Isso significa o equilíbrio entre o que se emite e o carbono que se sequestra da atmosfera. O país pode ser o primeiro a alcançar essa meta, mas, para isso, terá de investir urgentemente nas soluções baseadas na natureza — especialmente o fim do desmatamento e a restauração da vegetação nativa.

Segundo um estudo publicado hoje na *Global Change Biology*, o impacto de ações do tipo seria imediato, com um custo muito mais baixo que das tecnologias

que, por exemplo, pretendem retirar da atmosfera os gases de efeito estufa. Para tanto, os autores do artigo insistem na necessidade de políticas mais fortes em todo o país. Eles também destacam que, além de a interrupção do desmatamento ser a medida mitigatória mais importante para o país zerar as emissões líquidas até 2050, é a principal forma de evitar a perda de biodiversidade.

Os pesquisadores projetaram as emissões de gases de efeito estufa do Brasil até 2050 sob diferentes cenários políticos, com uma modelagem computacional. Eles compararam as potenciais reduções resultantes das soluções baseadas na natureza — incluindo reflorestamento em larga escala — com aquelas centradas na engenharia, como captura e armazenamento de carbono.

© Christian Braga / Greenpeace



Clareira aberta no sul do Amazonas: restauração é necessidade urgente

Código Florestal

Os resultados mostram que soluções baseadas na natureza contribuiriam com 80% da meta

de líquida zero, além de reduzir 781 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO2) por ano no país nas próximas três décadas. Alcançar isso, no entanto,

exigiria políticas nacionais que vão além do atual Código Florestal. Sem ações adicionais, os pesquisadores descobriram que a implementação da Lei Preencheria levaria a uma redução de emissões de 38% até 2050, muito longe do compromisso assumido.

"Soluções baseadas na natureza, em particular acabar com o desmatamento e restaurar a vegetação nativa, são o caminho a percorrer neste sentido", aposta Roberto Schaeffer, professor do Programa de Planejamento Energético (PPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coautor do estudo, liderado pela Universidade de Oxford, na Inglaterra. "A implantação de tecnologias de emissões negativas é muito dispendiosa e, mais importante

ainda, arriscada, uma vez que não foi comprovado que estas tecnologias funcionam em escala ainda", destaca.

Diminuir significativamente o desmatamento também foi apontado por uma nota técnica divulgada ontem pela rede Observatório do Clima (OC) como essencial para o país chegar a 2025 com uma redução de 48% nas emissões, em comparação a 2005. Essa é uma das contribuições assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris. De acordo com o texto, desde janeiro deste ano, o governo "conseguiu reverter uma aceleração de 54% na taxa de alertas de desmatamento, produzindo uma queda de 42% no primeiro semestre de 2023". Para que, nos próximos dois anos a meta seja alcançada, "será preciso manter esse nível de empenho", afirma o OC.